

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39129	52069/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 28/04/2025
HASH: 727afaeef1a2803776c4ee6e9c031f9



RESOLUÇÃO

Processo: 2021/500.10.301/48

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Suspensão procedimento

Técnico/a responsável:

Agente de fiscalização: .

Local da obra:

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36328 de 11 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Na sequência do ofício remetido ao reclamante sobre as diligências efetuadas no processo - deferimento do pedido de prorrogação de prazo solicitado pelo reclamado, tendo em vista a regularização da situação do anexo e estrutura metálica -, vem aquele solicitar a esta edilidade a suspensão do procedimento de fiscalização com fundamento no facto de estar a tramitar em Tribunal ação declarativa de condenação.

Através da presente ação, o reclamante solicita ao Tribunal que reconheça a ilegalidade das obras levadas a efeito pelo reclamado - anexo e marquise - e, concomitantemente, o condene a demolir, a suas expensas, as referidas obras.

Ora, compulsados os autos, constata-se que a marquise foi voluntariamente removida/demolidada pelo reclamado, porque insuscetível de legalização (cfr. parecer da DAT). No local apenas se mostra instalada uma estrutura metálica, cuja viabilidade de legalização se encontra a ser analisada pelos competentes Serviços do Urbanismo. O mesmo sucede relativamente ao anexo.

Assim, tendo presente que a competência para a determinação das medidas de tutela e restauração da legalidade é dos órgãos administrativos (cfr. artigo 102.º, do RJUE, na sua redação atual), não se mostram, salvo melhor opinião, preenchidos os requisitos para a suspensão do procedimento, porquanto, não compreende uma questão prejudicial, nos termos do n.º 1, *in fine*, do artigo 38.º, do CPA, na sua redação atual.

Destarte, propõe-se o indeferimento do pedido de suspensão, cumprido que seja, previamente, o direito de audiência dos interessados, nos termos previstos no artigo 121.º e ss., do CPA, na redação em vigor.

À consideração superior.



Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

